



Programa Operacional:	Objectivo: Convergência e Competitividade Regional e Emprego
	Zona Elegível: Não aplicável
	Período de Programação: 2007-2013
	N.º do Programa (CCI): 2007PT05UPO002
	Designação do Programa: Assistência Técnica FSE
Relatório Anual de Execução	Ano do Relatório: 2007
	Data de Aprovação do Relatório Anual pelo Comité de Acompanhamento: 26-06-2008

Junho de 2008

Índice

	Pág.
Nota introdutória	3
Sumário Executivo.....	4
1. Introdução	6
1.1 Apresentação e operacionalização do Programa	7
1.1.1 Apresentação do Programa	7
1.1.2 Operacionalização do Programa	10
1.2 Alterações do contexto socio-económico	10
2. Sistema de Gestão, Acompanhamento e Controlo	10
2.1 Gestão e Acompanhamento	11
2.2 Controlo e Auditoria	16
3. Sistema de Informação	18
4. Análise do progresso do Programa	20
4.1 Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia	20
4.2 Execução Física do PO por Eixo Prioritário	21
4.2.1 Financiamento aprovado e despesa Executada	21
4.2.2 Utilização da Assistência Técnica	21
4.3 Execução Física do PO por Eixo prioritário.....	21
5. Acções de divulgação, Informação e Publicidade	23
5.1 No contexto QREN	23
5.2 Imagem do PO	24
5.3 Plano de Comunicação	24
6. Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa ...	26
7. Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias	27
8. Evolução previsível para 2008	27
9. Anexos	28

Nota Introdutória

O presente Relatório de Execução do Programa Operacional de Assistência Técnica FSE 2007-2013 (POAT FSE), relativo ao ano 2007, vem dar resposta às obrigações regulamentares previstas no artigo 67º do Regulamento (CE) 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, que após ser apresentado, pela primeira vez em 2008, à Comissão de Acompanhamento (CA), para análise e aprovação, deverá ser apresentado à Comissão Europeia (CE).

O Relatório agora apresentado seguiu uma estrutura simplificada da constante do anexo XVIII do Regulamento (CE) 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro, pretendendo-se disponibilizar informação que possibilite a análise anual do POAT FSE, de acordo com o estipulado no artigo 68º do Regulamento (CE) 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

De referir que o relatório em apreço foi elaborado num período particularmente exigente, por coincidir com o encerramento do Programa Operacional Assistência Técnica QCA III e o arranque do novo período de programação, impondo aos intervenientes um esforço de trabalho acrescido às exigências das suas funções.

Sumário Executivo

O Programa Operacional Assistência Técnica FSE 2007-2013 (POAT FSE) foi aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão CE (2007) 5766, de 21 de Novembro.

O ano de 2007 coincidiu com o período de transição do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCAIII) para o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), acompanhado por mudanças significativas nas orientações e no modelo de governação das intervenções estruturais ao nível nacional.

Assinale-se a legislação produzida no ano de 2007, determinante para a operacionalização dos programas operacionais, sendo o primeiro referencial normativo a destacar, o QREN, validado pelo Governo português através da Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007, de 28 de Junho, e assinado com a Comissão Europeia em 2 de Julho de 2007, definindo as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período de 2007-2013.

Realça-se neste ano o início dos trabalhos no que concerne à elaboração dos mecanismos necessários à implementação do Programa. No entanto, pelo facto de ter sido o ano das negociações e, os Programas Operacionais de Assistência Técnica terem sido os últimos a serem aprovados, constituiu um constrangimento ao bom e atempado desenvolvimento dos instrumentos de aplicação do Programa.

Iniciou-se ainda em 2007, a análise funcional da adaptação do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) ao QREN e a elaboração dos respectivos Manuais de Procedimentos, assim como, de outras medidas conducentes ao processo de operacionalização do Programa.

Devido à aprovação tardia do Programa, no final de 2007, não se registou nenhuma aprovação de pedidos de financiamento, e por conseguinte não apresenta execução física e financeira.

O ano de 2008 será em grande parte dedicado à criação de condições para o arranque do programa, designadamente no que se refere à entrada em funcionamento do secretariado técnico do Programa, à consolidação do sistema de informação (SIIFSE) e dos manuais de procedimentos, assim como, à consolidação e descrição dos sistemas de gestão e controlo relativamente à organização e procedimentos a aplicar ao Programa, com o objectivo de, logo após a recepção do parecer de conformidade (artigos 58º e 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho), e tendo por pressuposto a inexistência de reservas ao relatório, efectuar o primeiro pedido de pagamento intermédio à Comissão Europeia.

1. Introdução

Para o Programa Operacional Assistência Técnica FSE 2007-2013 (POAT FSE) foi determinante a aprovação do Quadro de Referência Estratégico – QREN 2007-2013, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007 de 28 de Junho e da Decisão C (2007) 3165 de 28 de Junho, que definiu as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários e para a estruturação dos programas operacionais.

Foi igualmente importante a publicação do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, que veio definir o modelo de Governação do QREN e dos Programas Operacionais, estabelecendo ainda a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, de auditoria e controlo, de certificação, de gestão, de aconselhamento estratégico, de acompanhamento e de avaliação, nos termos dos regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Reg. CE nº 1083/2006, do Conselho de 11 de Julho.

A elaboração do POAT FSE iniciou-se no final de 2006, tendo o processo de programação envolvido um trabalho de coordenação com o Grupo de Trabalho do QREN e de interacção com os responsáveis pelo POAT FEDER no sentido de ambos beneficiarem das relações de sinergia existentes entre eles e da experiência partilhada no anterior período de programação.

A elaboração do POAT FSE foi ainda acompanhada por um estudo de avaliação ex-ante realizado por uma equipa de avaliação externa.

A apresentação do Programa à Comissão Europeia verificou-se pela primeira vez em 14 de Março de 2007, tendo a Comissão Europeia efectuado os seus comentários a esta primeira versão, em 30 de Março de 2007, dando estes origem a uma versão revista enviada à CE em 18 de Julho. Após consulta inter-serviços da Comissão, resultaram um conjunto de comentários que nos foram remetidos em 31 de Agosto e cuja resposta foi enviada a 4 de Outubro de 2007. Esta última versão foi aprovada pela Comissão Europeia através da Decisão CE (2007) 5766, de 21 de Novembro de 2007.

No quadro seguinte, identificam-se os momentos mais determinantes no processo de negociação do programa:

	2007											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Envio da proposta oficial do POAT FSE à Comissão Europeia			14									
Observações da CE à proposta POAT FSE enviada			30									
Envio de versão revista de acordo com observações enviadas pela CE							18					
Comentários remetidos ao POATFSE na sequência da Consulta inter serviços da CE								31				
Envio de resposta aos comentários recebidos										4		
Aprovação pela CE através da Decisão CE (2007) 5766, de 21 de Novembro de 2007.											21	

1.1 Apresentação e operacionalização do Programa

1.1.1 Apresentação do Programa

O Programa Operacional de Assistência Técnica FSE 2007-2013 foi concebido tendo em conta as orientações da Comunidade em matéria de Coesão, o Quadro de Referência Estratégico Nacional, a experiência de programação de períodos anteriores e a avaliação *ex-ante*.

Em termos de estratégia, as autoridades nacionais privilegiaram a solução já aplicada com resultados positivos em exercícios de programação anteriores, que concentra as acções horizontais de Assistência Técnica FSE num programa de assistência técnica específico, abrangendo todos ou vários programas financiados pelo FSE integrados no QREN e as acções realizadas no contexto do QREN, ou relevando da intervenção do FSE nas políticas públicas de emprego e formação.

Trata-se de um programa que complementa as actividades de assistência técnica a promover no âmbito de cada programa operacional FSE, enquadrando acções de natureza transversal, abrangendo toda a dimensão da intervenção do FSE, independentemente da sua natureza operacional ou estratégica.

Neste contexto o POAT FSE irá apoiar as actividades do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE), enquanto entidade que, ao nível do Estado-Membro, é a entidade responsável pela gestão nacional do FSE, incluindo-se nesta dimensão o apoio às actividades que decorrem das suas funções de coordenação, gestão, monitorização estratégica e operacional, comunicação e auditoria.

Para além destas actividades assumem particular relevância as relacionadas com a implementação do Sistema de Informação do FSE, no que se refere, nomeadamente, ao funcionamento do seu módulo central, dos interfaces necessários à sua operacionalização e ao processo de tratamento de dados e produção de indicadores, suportando também os encargos decorrentes da implementação das funcionalidades necessárias ao desempenho das competências de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo atribuídas ao IGFSE.

A estruturação do programa de Assistência Técnica FSE teve em conta os resultados da avaliação ex-ante, elaborada nos termos dos artigos 47º e 48º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, avaliação que teve como objectivo permitir obter uma perspectiva externa e crítica sobre a estratégia escolhida, permitindo um enriquecimento significativo deste programa.

Objectivos e prioridades do Programa

A estruturação do Programa Operacional de Assistência Técnica FSE complementa as acções de assistência técnica que vão ser promovidas no âmbito de cada programa operacional, enquadrando as acções com características transversais a todos os programas na óptica de intervenção do fundo FSE, promovendo a consolidação de mecanismos de apoio à reforma do sistema de formação profissional, apoiando ao nível do QREN e na perspectiva do FSE, actividades de coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação, comunicação, auditoria e controlo.

Num outro plano de acção, assume também particular importância o apoio do POAT FSE às actividades associadas à implementação do Plano Nacional de Emprego, do Plano Nacional para a

Igualdade, do Plano Nacional para a Integração de Pessoas com Deficiência e do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, nomeadamente na realização dos estudos que permitam analisar a contribuição da acção do FSE para os objectivos da acção pública neste domínios.

Para além destas actividades, releva-se também o apoio do POAT FSE no desenvolvimento do Plano de Informação e Comunicação pretendendo-se que esta actividade seja realizada tendo em conta as orientações prevista nos regulamentos comunitários.

Neste contexto, as actividades a apoiar no âmbito do programa inscrevem-se em dois eixos prioritários, consoante a sua afectação às Regiões do Objectivo Convergência ou do Objectivo Competitividade e Emprego, sendo obrigatoriamente enquadradas numa das cinco áreas que integram o tipo de acções elegíveis:

Eixo Prioritário 1 – Coordenação, Gestão, Monitorização, Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas regiões do Objectivo Convergência

1. Funcionamento dos Sistemas e Estruturas de Coordenação, Gestão e Monitorização
2. Auditoria
3. Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
4. Informação e Comunicação
5. Estudos e Avaliação

Eixo Prioritário 2 – Coordenação, Gestão, Monitorização, Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões do Objectivo Competitividade Regional e Emprego

Assim, atendendo à transversalidade e aplicação global do POAT FSE, organizado em dois Eixos Prioritários, e que cobrirá todo o território nacional, não existirão operações apresentadas no âmbito do eixo 2, mas sim operações que, em função das tipologias de acções elegíveis e dos beneficiários, às quais se aplicarão os critérios de imputação regional fixados.

A dotação financeira do POAT FSE corresponde a uma despesa pública de 94.117.468 € e a um montante FSE de 80 000 000 €, sendo as despesas elegíveis as incorridas entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015.

1.1.2 Operacionalização do Programa

Atendendo a que a Decisão do POAT FSE ocorreu no final de 2007, apenas foi possível no início de 2008 dar início às actividades necessárias à operacionalização e arranque do Programa.

1.2 Alteração do contexto socio-económico

Uma vez que o Programa foi aprovado em 21 de Novembro de 2007, não é aplicável a menção a modificações do contexto socio-económico que tenham afectado a execução do Programa.

2. Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Controlo

Tendo em vista a operacionalização e arranque do POAT FSE iniciou-se ainda em 2007 a preparação de um conjunto de normas específicas, necessárias à sua gestão e acompanhamento, enquadradas pelas disposições relativas ao QREN, nomeadamente o Decreto-lei n.º 312/2007, que define o modelo de governação do QREN e dos respectivos programas operacionais

Nesta conformidade, deu-se início ao processo de constituição da Comissão de Acompanhamento conjunta do Programa Operacional de Assistência FEDER e do Programa Operacional de Assistência Técnica FSE, iniciaram-se os trabalhos de preparação do regulamento específico do POAT, de acesso a financiamento, iniciou-se a preparação dos processos de concepção de imagem gráfica do POAT, da criação de um sítio na Internet e a preparação do Plano de Comunicação, tendo-se iniciado também a elaboração dos manuais de procedimentos e descrição dos sistemas de gestão e controlo do PO.

2.1 Gestão e acompanhamento

Gestão

A gestão do POAT FSE incumbe à autoridade de gestão, designada nos termos da alínea a) do nº.1 do artigo 60º do Regulamento (CE) nº.1083/2006.

A autoridade de gestão é composta pelos seguintes órgãos:

- O Gestor, por inerência o Presidente do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu. IP, de acordo com o nº 4 do Artigo 55º do DL 312/2007, de 17 de Setembro;
- O Secretariado Técnico.

A Autoridade de Gestão do POAT FSE é responsável pela gestão e execução do programa operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira. Em especial:

- a) Assegura que as operações são seleccionadas para financiamento, em conformidade com os critérios adoptados, e que cumprem as regras nacionais e comunitárias pertinentes durante todo o período da sua execução;
- b) Verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços co-financiados, e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais em matéria de contratos públicos;
- c) Assegura a existência de um sistema de registo e de armazenamento sob forma informatizada relativamente aos registos contabilísticos de cada operação a título do Programa Operacional, bem como quanto aos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação;
- d) Assegura que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação, sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- e) Assegura que as avaliações relacionadas com o acompanhamento dos Programas Operacionais são realizadas em conformidade com as regras estabelecidas;
- f) Estabelece procedimentos destinados a assegurar que todos os documentos relativos a despesas e auditorias necessários para garantir uma pista de auditoria adequada são conservados;

- g) Assegura que a autoridade de certificação recebe todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas, com vista à sua certificação;
- h) Orienta os trabalhos da Comissão de Acompanhamento e fornece-lhe os documentos necessários para assegurar um acompanhamento, sob o ponto de vista qualitativo, da execução do Programa Operacional em função dos seus objectivos específicos;
- i) Elabora e, após aprovação pela Comissão de Acompanhamento, apresenta à Comissão os relatórios anuais e finais sobre a execução, que, de acordo com o princípio da proporcionalidade, deverão ser simplificados dada a especificidade do Programa e a respectiva dimensão;
- j) Assegura o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade.

No respeito do princípio da separação de funções, sendo o Gestor, por inerência, o Presidente do IGFSE, o exercício de funções centra-se na estrutura do secretariado técnico, coordenada pelo respectivo Secretário Técnico, sendo o órgão de gestão do POAT tutelado pelo ministro responsável pelo emprego e pela formação profissional, tal como previsto no artigo 38º do DL nº 312 /2007 de 17 de Setembro, republicado pelo DL nº 72/2008, de 22 de Abril.

Relativamente aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da gestão tendo em vista a implementação do Programa, é de salientar os seguintes trabalhos preparatórios realizados ainda no ano de 2007:

a) Regulamento Específico do POAT FSE

De acordo com o previsto no Regulamento Geral deu-se início à preparação da proposta de regulamento específico, regulamento de acesso ao financiamento que define um conjunto de regras gerais e específicas a observar, quer pelos beneficiários, quer no âmbito da elegibilidade das operações candidatas.

b) Manuais de procedimentos

Deu-se início à concepção de manuais de procedimentos essenciais ao modelo de gestão do Programa, destacando-se para o efeito, os seguintes:

- Manual de Procedimentos
- Manual de Funções
- Manual de Verificações
- Manual do Promotor
- Manual de Descrição dos sistemas de gestão e controlo

c) Comissão de Acompanhamento

Tendo em vista aproveitar e aprofundar as relações de sinergia e complementaridade existentes entre a Assistência Técnica FEDER e a Assistência Técnica FSE, quer no que respeita à gestão e acompanhamento globais do QREN, quer no que respeita às interações entre as operações apoiadas por ambos, desenvolveram-se os primeiros contactos com representantes do POAT FEDER, no sentido de se operacionalizar a criação de Comissão de Acompanhamento conjunta.

Esta opção implicaria a publicação de um despacho conjunto dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do Trabalho e da Solidariedade Social que definisse a sua constituição.

A modalidade de co-presidência proposta, implicaria ainda o exercício conjunto das funções da responsabilidade do Presidente, na adopção de uma prática de rotatividade anual quanto à responsabilidade de iniciativa e no pleno exercício das funções de Presidente relativamente às matérias específicas do PO de que exerce as funções de Autoridade de Gestão.

De acordo com o previsto na regulamentação comunitária, cabe às Comissões de Acompanhamento entre outras, as seguintes competências:

- a) Analisar e aprovar os critérios de selecção das operações financiáveis e aprovar revisões ou alterações desses critérios;
- b) Examinar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objectivos específicos dos PO, designadamente no que respeita à realização dos objectivos específicos fixados para cada um dos eixos prioritários;
- c) Analisar e aprovar os relatórios anuais de execução e os relatórios finais de execução dos PO;
- d) Apreciar o Plano Anual de Assistência Técnica;

- e) Analisar os resultados das avaliações estratégicas e operacionais relevantes para os PO e apresentar às Autoridades de Gestão propostas de realização de avaliações, designadamente quando os desvios entre os progressos verificados e os objectivos fixados em cada eixo prioritário forem considerados quantitativa ou qualitativamente significativos;
- f) Receber informação e analisar as conclusões dos relatórios de controlo anual, ou da parte do relatório que se refere aos PO, bem como sobre eventuais observações pertinentes expressas pela Comissão Europeia após a respectiva análise;
- g) Examinar e aprovar propostas de alteração do conteúdo da decisão da Comissão Europeia relativa à participação de fundos comunitários em cada um dos PO, apresentadas pelas respectivas Autoridades de Gestão;
- h) Propor adaptações ou revisões aos PO que permitam alcançar os objectivos definidos ou aperfeiçoar a gestão dos Programas, inclusivamente, a sua gestão financeira, de acordo com propostas apresentadas pelas respectivas Autoridades de Gestão;

d) Plano de Avaliação

De acordo com o previsto na Decisão do Programa, em matéria de avaliação está prevista a apresentação de um Plano de Avaliação englobando as avaliações de natureza estratégica e operacional a realizar tanto a nível do QREN como dos Programas Operacionais. O Plano de Avaliação incluirá a lista indicativa dos exercícios de avaliação previstos para o período 2007-2013.

O exercício em causa, exigirá a identificação e o planeamento do conjunto das avaliações que se pretende realizar durante o período de programação 2007-2013, a sua calendarização, a sua coordenação com outras avaliações a realizar no âmbito do QREN e dos Programas Operacionais, bem como a sua coordenação com o sistema de monitorização do QREN, dos Fundos e dos Programas Operacionais.

e) Sistema de Monitorização

A construção deste Programa foi norteada pela prossecução de uma estratégia que enquadrou um conjunto articulado de objectivos, de natureza operacional, alcançáveis através de intervenções às quais devem vir a estar associados resultados.

A aferição do alcance dos resultados que se pretendem conseguir deve ser operacionalizada através de um conjunto de indicadores que pondere cada patamar de objectivos (de realização e resultado), viabilizando um adequado acompanhamento, identificando, ao longo da execução, problemas e estrangulamentos que requeiram correcção ou alteração de trajectórias ou, pelo contrário, confirmando a adequação das acções e o alcance dos resultados esperados, facilitando uma gestão orientada para os resultados.

Para efeitos de monitorização foram concebidos durante a fase de preparação do PO indicadores de realização e de resultados, que estabelecendo alguma continuidade com indicadores do POAT QCA III, tendo estes sido estimados a partir da informação apurada no período de referência. Estes indicadores são indicadores do Programa, reflectindo a actividade a desenvolver nos dois eixos prioritários.

INDICADORES DE REALIZAÇÃO	2010	2015
N.º de Auditorias realizadas (*)	2 500	5 000
N.º Encontros e Seminários realizados, por ano (**)	25	25
N.º de Estudos apoiados, por ano (**)	20	20

(*) Em valor acumulado

(**) Média anual

INDICADORES DE RESULTADO	2010	2015
Cumprimento da regra N+3 ou N+2 (%)	100%	100%

2.2 Sistema de Controlo e Auditoria

O sistema de auditoria e controlo do QREN integra a Autoridade de Auditoria, única para todos os Programas Operacionais, as estruturas segregadas de auditoria e controlo e uma comissão técnica de auditoria.

A auditoria ao Programa será, assim, exercida no respeito dos princípios da promoção de acções de coordenação e articulação entre as diferentes entidades, garantindo a eficiência e a eficácia na sua articulação, da boa gestão financeira na utilização dos fundos disponibilizados através do Programa e da garantia do respeito pela separação de funções.

A Autoridade de Auditoria do Programa é a Inspecção-Geral de Finanças (IGF), Autoridade de Auditoria única do QREN, sendo-lhe cometido o exercício das funções previstas na regulamentação comunitária aplicável, designadamente realizar as auditorias dos sistemas.

A Estrutura Segregada de Auditoria que integra a estrutura orgânica do IGFSE no respeito do princípio da separação de funções e da salvaguarda de conflitos de interesses com o exercício das restantes atribuições deste organismo, é responsável pela execução das auditorias em operações.

Controlo interno

A Autoridade de Gestão do Programa é responsável pela implementação de um sistema de controlo interno, que previna e detecte as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objectivos que presidem à auditoria do Programa.

Os procedimentos de controlo interno implementado pela Autoridade de Gestão não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para a avaliação do risco, a efectuar pela Autoridade de Auditoria e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras.

A organização interna do Secretariado Técnico observará a separação de funções que deve existir nos domínios da análise e selecção dos projectos, por um lado, e a validação das despesas relativas à sua execução, por outro.

As operações aprovadas ficam sujeitas à verificação, pela Autoridade de Gestão, de que foram fornecidos os produtos e os serviços co-financiados, que as despesas declaradas pelos beneficiários foram realmente realizadas de acordo com a decisão de aprovação e efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais e de que não há duplo financiamento, seja nacional ou comunitário ou de outro período de programação.

As verificações incluirão, designadamente, os seguintes procedimentos:

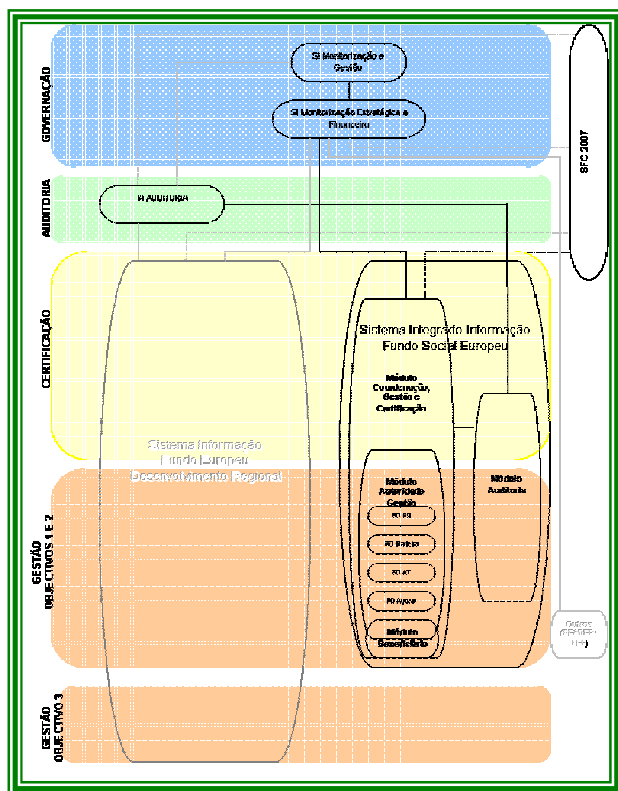
- a) Verificações administrativas para cada pedido de pagamento feito pelos beneficiários;
- b) Verificações no local das operações, podendo ser efectuadas por amostragem, devendo neste caso a Autoridade de Gestão:
 - i) Manter os registos que descrevem e justificam o método de amostragem e identificam as operações ou transacções seleccionadas para verificação;
 - ii) Determinar a dimensão da amostra de forma a obter uma garantia razoável relativamente à legalidade e regularidade das transacções em causa, tendo em conta o nível de risco identificado pela autoridade de gestão para o tipo de beneficiários e de operações em causa;
 - iii) Rever anualmente o método de amostragem.

3. Sistema de Informação

A experiência de gestão dos anteriores períodos de programação na vertente FSE, designadamente através da implementação e desenvolvimento do Sistema de Informação Integrado do Fundo Social Europeu (SIIFSE), tornou inquestionável a necessidade de desenvolvimento de um Sistema de Informação Integrado, que garantisse o funcionamento coerente e articulado entre a vertente operacional, assegurando de forma eficiente o intercâmbio de informação dos Gestores dos Programas Operacionais com o IGFSE, e a vertente estratégica, sustentada na existência de um repositório de informação comum capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores físicos e financeiros, fiáveis e atempados, aos diferentes órgãos com responsabilidades na gestão e acompanhamento do FSE.

Com efeito, na sua configuração actual, este Sistema, para além da recolha e tratamento dos dados de execução pelas entidades responsáveis pela certificação de despesa, pela realização de auditorias e pelo acompanhamento e avaliação, integra também os processos inter organizacionais associados à gestão e auditoria dos Programas com vertente FSE, desde a apresentação de candidaturas, pelas entidades que irão executar as operações/projectos, e o respectivo processo de análise e decisão, a promover pelos Gestores dos Programas Operacionais.

O SIIFSE enquanto sistema de informação integrado constitui um apoio fundamental para o apoio às actividades de gestão, acompanhamento e avaliação POAT FSE designadamente através dos respectivos módulos do Gestor e do Promotor. Através do Módulo Central (coordenação, gestão, auditoria e certificação) do SIIFSE, é processada a transferência de informação para o sistema nacional – o Sistema de Informação de Gestão e Auditoria do QREN (SIGA) – do qual faz parte integrante, e que por essa via assegura a disponibilidade da informação necessária para a monitorização estratégica (*vide* fig. 1).



À semelhança da experiência vivida no contexto do QCA III, também neste novo período , o POATFSE desde o mês de Julho de 2007, que desenvolveu um trabalho de adaptação do SIIFSE QCA III ao novo período de programação, definindo novos desenhos funcionais, adaptando e melhorando algumas funcionalidades existentes no Sistema de informação.

Assim, de acordo com o quadro em anexo, apresentam-se algumas etapas que antecederam a fase de implementação e desenvolvimento do módulo SIIFSE/POAT QREN.

Datas	Tarefas
Julho/Agosto 2007	Preparação e análise das especificações Técnicas , para definição dos requisitos de adaptação do SIIFSE ao POAT QREN
30 de Agosto 2007	Apresentação das especificações Técnicas à empresa responsável pela construção do SIIFSE
10 de Setembro 2007	Reunião com empresa responsável para esclarecimentos vários
17 de Setembro 2007	Análise da estimativa de esforço de implementação das funcionalidades do POAT
19 de Setembro 2007	Decisão de alocar o esforço de adaptação do POAT FSE ao contrato de Assistência Técnica
4 de Outubro 2007	Apresentação de cronograma para implementação da versão SIIFSE/POAT FSE

4. Análise de progresso do Programa Operacional

4.1 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

De acordo com o disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu é enquanto Autoridade de Certificação do Programa Assistência Técnica FSE, a entidade responsável por assegurar os fluxos financeiros com a Comissão Europeia.

No ano de 2007 houve lugar à transferência da Comissão Europeia a título de adiantamento de 1.600.000,00 €, sendo 1.551.571,98 € para o Objectivo Convergência e 48.428,02 € para o Objectivo Competitividade.

4.2 Execução financeira do Programa Operacional e por Eixo Prioritário

Tal como já referido, não se verificou em 2007 qualquer execução do Programa, pelo facto de este ter sido aprovado apenas em 21 de Novembro de 2007.

4.2.1 Financiamento aprovado e despesa executada

Até 31 de Dezembro de 2007 não foram apresentadas nem aprovadas quaisquer candidaturas, estimando-se que durante o primeiro semestre de 2008 estejam criadas as condições para apresentação das primeiras candidaturas.

Assim sendo, em 2007, não houve despesa elegível declarada pelos beneficiários à Autoridade de Gestão, nem foram efectuados quaisquer pagamentos aos beneficiários, pelo que não existe despesa executada ou anulação de montantes financeiros a registar (execução nula).

De referir ainda que não existem alterações que afectem as condições que justificaram a atribuição de comparticipação comunitária, nem foram registadas quaisquer alterações na repartição indicativa da programação FSE por categoria de despesa.

4.2.2 Utilização da Assistência Técnica

Embora no decurso de 2007 tenham ocorrido várias actividades respeitantes à preparação e implementação do QREN enquadráveis na assistência técnica, elas foram, quando aplicável, financiadas no âmbito do PO AT QCAIII, pelo que não foram utilizadas quaisquer verbas do POAT FSE.

4.3 Execução Física do Programa Operacional por Eixo Prioritário

Em 2007, não se verificou execução física e financeira associada ao POAT FSE.

Não obstante o facto de não se ter registado execução física, tendo em consideração que o POAT FSE tem como assegurar o funcionamento das estruturas que suportam o QREN, importa salientar algumas das actividades desenvolvidas em 2007, que contribuíram para a implementação do QREN e respectivos programas operacionais.

No que respeita ao envolvimento do IGFSE destacam-se as seguintes actividades:

a) o desenvolvimento das actividades relacionadas com o lançamento do novo período de programação no plano regulamentar e normativo e na especificação e validação dos requisitos do Sistema de Informação do FSE;

b) a participação nas diferentes instâncias de acompanhamento da acção realizada pelo FSE, alargando-se as instâncias em que é fundamental integrar a informação sobre o contributo do FSE para a realização de políticas públicas;

c) Ao longo do ano de 2007, o IGFSE participou nas primeiras reuniões das Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais do QREN (Programas FSE e FEDER) em que foi apresentada a estrutura da programação, os objectivos estratégicos, as tipologias de acções que vão ser financiadas no novo período de programação 2007-2013 e aprovados os critérios de selecção dos projectos;

d) Participação nas reuniões dos encontros anuais realizadas por iniciativa da Comissão;

e) A actividade realizada no ano de 2007 foi fortemente marcada pela participação nos trabalhos preparatórios do novo período de programação no plano legislativo e na reflexão sobre as diversas problemáticas relacionadas com a intervenção do FSE, em particular:

(I) na preparação da legislação nacional de enquadramento das regras de acesso das entidades beneficiárias aos apoios do FSE, em articulação com as disposições da regulamentação comunitária, assegurando uma significativa continuidade face à legislação anterior, integrando disposições que permitam uma maior simplificação e desburocratização no acesso das entidades aos apoios do FSE e acolhendo as orientações do modelo de Governação do QREN estabelecido na RCM n.º 86/2007, de 3 de Julho;

(II) na emissão de pareceres sobre os regulamentos específicos propostos pelas Autoridades de Gestão dos Programas e que, complementando o regime geral aplicável a todos os projectos financiados pelo FSE, explicitam as entidades beneficiárias dos apoios, a forma de organização das

candidaturas, os critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento do Programa e eventuais disposições em matéria de elegibilidade,

f) Participação em reuniões de coordenação da iniciativa da Comissão, destacando-se entre outras a participação em reuniões centradas em temáticas de particular relevância para a nova programação, associadas à integração dos princípios EQUAL na programação 2007-2013;

g) No Plano Institucional assinala-se, pela sua importância, a participação nas estruturas de coordenação a nível Comunitário associadas à implementação da programação, nomeadamente nas reuniões do Comité de Coordenação dos Fundos (COCOF), do Comité do FSE e do Grupo Técnico do Comité do FSE;

h) Participação no processo de adaptação do SIIFSE ao novo período de programação na perspectiva dos sistemas de gestão, monitorização, acompanhamento e avaliação e da compatibilização da informação entre este sistema e o sistema da Comissão (SFC);

i) No âmbito da realização de eventos, destacam-se ainda um encontro de quadros do IGFSE onde foi pela primeira vez publicamente apresentado o POAT FSE, tendo este tido lugar em 19 de Dezembro de 2007;

5. Acções de divulgação, informação e publicidade

5.1 No contexto QREN

O POAT assegurou a sua participação na rede informal de informação e comunicação QREN. Esta rede de interlocutores integra representantes dos Programas Operacionais Temáticos e Regionais, do Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional, do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu e do Observatório do QCA III, e preparou uma proposta de Plano Estratégico de Comunicação para o QREN. A rede de interlocutores reuniu regularmente e a disponibilização de informação entre os seus elementos foi apoiada pela activação de uma área reservada no site QREN (www.qren.pt),

Nesta rede são definidos os objectivos e mecanismos relativos aos procedimentos de informação e comunicação do universo QREN, no cumprimento dos requisitos legais inerentes.

5.2 A imagem do POAT FSE

Com o objectivo de marcar a sua identidade, no final do ano de 2007, deu-se início ao procedimento de criação de uma imagem próprio do novo POAT, tendo esta a sua maior expressão no novo logótipo



Dentro deste âmbito, foi também dado início ao processo de criação de um site específico do POAT , tendo o processo de consulta decorrido no final do ano de 2007, sendo o endereço www.poatfse.qren.pt

5.3 Plano de Comunicação

A intervenção específica do POAT FSE caracteriza-se por apoiar um conjunto de actividades susceptíveis, designadamente, de potenciar e promover a qualidade, a inovação e a transferência de novas abordagens nas acções co-financiadas pelo FSE.

É nestes termos que visa contribuir para a criação das condições necessárias à intervenção deste Fundo estrutural em particular em matéria de implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de gestão, coordenação, monitorização, avaliação, auditoria, sistemas de informação e divulgação, incluindo actividades de monitorização, gestão e avaliação estratégica ao nível do QREN, por forma a reforçar o aproveitamento eficaz e eficiente dos recursos disponibilizados pelo Fundo Social Europeu.

Por ser um programa transversal de apoio à intervenção do FSE, concentrará a sua intervenção, na coordenação, gestão, monitorização e auditoria do FSE, bem como em outras acções de avaliação e

estudo que permitam evidenciar a contribuição das intervenções financiadas pelo FSE, no âmbito do QREN.

Nesta dimensão de avaliação e estudo, assume particular relevância o apoio do Programa às iniciativas associadas à implementação do Plano Nacional de Emprego, do Plano nacional para a Igualdade, do Plano Nacional para a Integração de Pessoas com deficiência e do Plano Nacional para a Inclusão, de modo a conhecer a contribuição do FSE para os objectivos da acção pública nestes áreas de intervenção.

São ainda passíveis de apoio do POAT FSE, projectos de natureza inovadora, que se destinem a testar e difundir novas abordagens relacionadas com o conteúdo, métodos e a organização das acções co-financiadas, bem como aqueles que visem a transferência de experiências e “*know-how*” nas áreas de intervenção do FSE ou, iniciativas que pretendam reforçar a qualidade técnica dos projectos a financiar.

A concretização destes objectivos exige que o POAT FSE seja dotado de um Plano de Comunicação, elaborado em linha com as orientações e normas comunitárias em vigor, e que constitua por si só um instrumento de participação e ao serviço dos seus beneficiários, *stakeholders*, e do público em geral, que contribua, igualmente, para garantir uma eficaz concretização e relevância das acções do FSE e do QREN

Assim, no final do ano de 2007, foi iniciado o trabalho de concepção de um plano de de comunicação, cujo principal objectivo se pretendia ser o de contribuir para o fortalecimento da imagem dos Fundos Estruturais junto da Opinião Pública Portuguesa, acentuando a identidade do Fundo Social Europeu em particular

O Plano de comunicação deveria assim constituir um instrumento estruturante de uma relação comunicacional pró-activa e vincadamente *Business to Business* da marca POAT FSE, em linha com os objectivos e exigências da intervenção do FSE no período de programação 2007-2013.

A missão deste Plano de Comunicação consiste pois em compor e estruturar o universo de associações positivas que queremos que os seus destinatários valorizem e associem à marca POAT FSE.

Por outro lado , pretendia-se igualmente que o Plano de Comunicação POAT FSE se assumisse como um instrumento ao serviço da coordenação e da monitorização das acções do FSE e do QREN, baseado na preocupação efectiva de prestar contas, fomentar a transparência de processos, em suma contribuir para corrigir trajectórias e potenciar a confiança e a credibilidade como valores que devem caracterizar a intervenção deste fundo estrutural em Portugal.

Com estes objectivos orientadores, a marca POAT deve:

- Ser dotada de um espírito dinâmico, com uma equipa empenhada na qualidade da gestão diária do programa;
- Ser uma marca vincadamente profissional, experiente e minimizadora do risco de acções não conducentes ao sucesso, partilhando o conhecimento acumulado de forma a actuar com eficiência e a eficácia;
- Uma marca que sabe que a informação aberta da Internet é muito mais que um instrumento de transparência e de operacionalidade, e que usada de forma inovadora como ferramenta de partilha auditiva e videográfica, permitirá reforçar os laços com os seus públicos alvo;
- Uma marca que se apresenta com uma equipa dinâmica a desempenhar funções num ambiente de trabalho acolhedor munido dos meios adequados à concretização dos objectivos do Programa;

Em suma

Uma marca que induza confiança, garante de um rumo certo, estruturada por uma equipa de profissionais competentes e facilitadores de serviço e de relação junto dos diferentes públicos-alvo, contribuindo para o reconhecimento do esforço e resultados da intervenção do Fundo Social Europeu.

6. Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa

O ano de 2007 ficou sobretudo marcado pela consolidação da fase de programação e finalização das negociações do Programa, tendo a fase de implementação tido apenas início em 2008. Assim, têm vindo a ser criadas as condições fundamentais para o arranque efectivo do Programa, designadamente no que se refere à preparação do quadro normativo e funcional, não sendo de assinalar outras dificuldades que não seja a exigência de paralelamente garantir o normal encerramento do POAT QCA III.

7. Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias

Considerando que o Programa está em fase de implementação, são as seguintes as medidas adoptadas ou a adoptar:

- O regulamento de acesso a financiamento, em fase de aprovação pelo membro do Governo da tutela, inclui a referência à obrigatoriedade de cumprimento do normativo nacional e comunitário em matéria de contratação pública, acesso e utilização de fundos comunitários, concorrência e igualdade de oportunidades;
- O manual de procedimentos do Programa incluirá igualmente instruções respeitantes ao cumprimento das regras nacionais e comunitárias, em especial no que se refere à contratação pública, e aos auxílios de Estado

8. Evolução previsível para 2008

Tal como tem vindo a ser referido, o ano de 2008 será em grande parte dedicado à criação de condições para o arranque do programa, designadamente no que se refere à entrada em funcionamento do Secretariado técnico do Programa, à criação de manuais de procedimentos, desenvolvimento do sistema de informação, descrição dos sistemas de gestão e controlo.

Assim, prevê-se que durante o primeiro semestre estejam criados os procedimentos necessários para a apresentação de candidaturas, apresentação de despesa e respectiva análise e pagamentos aos beneficiários.

ANEXOS



PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego

CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766

Anexo I - Ficha de Programa

Eixo Prioritário	Domínio de Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento de	Concurso	
				Abertura	Fecho
Todos	Todos	a)	b)	n.a.	n.a.

Nota: a) Regulamento Especifico aprovado pelo Despacho n.º 55/MTSS/2008.

b) Critérios de selecção aprovados na Comissão de Acompanhamento de 18 de Março de 2008.





PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade

CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766

Anexo II - Listagem de Projectos

DATA A QUE SE REPORTA A INFORMAÇÃO: 31-12-2007

DATA DE ACTUALIZAÇÃO DOS DADOS: 31-12-2007

Não foram recepcionados pedidos de financiamento em 2007

Eixo Prioritário	Domínio de Intervenção	Fundo	Cód. Projecto	Designação do Projecto	Localização			Estado*	Identificação do Executor
					NUT II	NUT III	Concelho		

Nota: esta listagem deve incluir os Grandes Projectos

* Aprovado/ Cancelado/ Concluído





PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FEDER

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e

CÓDIGO CCI: 2007PT16UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 6883

Anexo II - Listagem de Projectos (Aprovações)

	Montantes Aprovados											
Cód. Projecto	Financiamento comunitário (1)	Contrapartida nacional (2)=(3)+(4)	Repartição indicativa da contrapartida nacional					Financiamento Total (5)=(1)+(2)	Taxa de cofinanciamento (6)=(1)/(5)	Para informação		
			Financiamento público nacional							Financiamento privado (4)	Contribuições do BEI	Outros financiamento
			Total (3)	OE	AL	AR	Outra					



PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FEDER

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e

CÓDIGO CCI: 2007PT16UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 6883

Anexo II - Listagem de Projectos (Execuções)

	Montantes Executados											
Cód. Projecto	Financiamento comunitário (1)	Contrapartida nacional (2)=(3)+(4)	Repartição indicativa da contrapartida nacional					Financiamento Total (5)=(1)+(2)	Taxa de cofinanciamento (6)=(1)/(5)	Para informação		
			Financiamento público nacional							Financiamento privado (4)	Contribuições do BEI	Outros financiamento:
			Total (3)	OE	AL	AR	Outra					

PROGRAMA: Programa Operacional Assistência Técnica FSE 2007-2013

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego

CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766

Anexo III - Programação Financeira, Aprovações e Execução por Eixo Prioritário / Áreas de Intervenção

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Fundo	Programação Financeira 2007-2013			Nº Projs	CT
		CT	DP	Fundo		
Total Programa Operacional	FSE	94.117.648	94.117.648	80.000.000		
EP1 - Coordenação, Gestão, Monitorização Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões de Objectivo Convergência	FSE	91.268.940	91.268.940	77.578.599		
EP2 - Coordenação, Gestão, Monitorização Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões de Objectivo Competitividade Regional e Emprego.	FSE	2.848.708	2.848.708	2.421.401		

PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013



OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE

Anexo IV - Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia

DATA A QUE SE REPORTA A
INFORMAÇÃO:

31-12-2007

DATA DE ACTUALIZAÇÃO DOS
DADOS:

31-12-2007

unid: euro

Pagamentos aos Beneficiários			Pagamentos da CE		Taxa*
Organismo responsável	Data do Pagamento	Montate	Data do Pagamento	Montante	
			11-12-2007	1.600.000,00	

* Taxa = Pagamentos aos Beneficiários / Pagamentos da CE





PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego

CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766

Anexo V - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por categoria (relatórios de execução anual e final)

DATA A QUE SE REPORTA A INFORMAÇÃO: 31-12-2007

DATA DE ACTUALIZAÇÃO DOS DADOS: 31-12-2007

Não foram aprovados pedidos de financiamento em 2007

unid: euro

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5					
Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Montante**
				Total	

Em fase de execução, serão utilizadas as seguintes categorias: no **Código da Dimensão 1 - Tema Prioritário**, categorias 85 e 86; nos **Códigos da Dimensão 2 e 3** as categorias são sempre as mesmas e referem-se, no caso da dimensão 2, à categoria 1 - Ajuda não Reembolsável e, no caso da dimensão 3, à categoria 00 - não se aplica; as categorias da **Dimensão 4 - actividades económicas** serão também identificadas em fase de execução, admitindo-se como mais relevantes os códigos 17 - Administração Pública, 18 - Educação e 20 - Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais; as categorias da dimensão 5 serão as regiões NUTS II.

* As categorias de cada dimensão devem ser codificadas utilizando a classificação-tipo.

** Montante afectado da contribuição comunitária a cada combinação de categorias.



PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego

CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766

Anexo Va - Programação Financeira, Aprovações e Execução por NUT III

Não aplicável ao POAT FSE

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução				
	Nº Projs	CT	DP	Fundo	CT	DP	Tx	Fundo	Tx
Total Programa Operacional									
FEDER									
NORTE									
Minho-Lima									
Cávado									
Ave									
Grande Porto									
Tâmega									
Entre Douro e Vouga									
Douro									
Alto Trás-os-Montes									
CENTRO									
Baixo Vouga									
Baixo Mondego									
Pinhal Litoral									
Pinhal Interior Norte									
Dão-Lafões									
Pinhal Interior Sul									
Serra da Estrela									
Beira Interior Norte									
Beira Interior Sul									
Cova da Beira									
ALENTEJO									
Alentejo Litoral									
Alto Alentejo									
Alentejo Central									
Baixo Alentejo									
ALGARVE									
Fundo de Coesão									
NORTE									
Minho-Lima									
Cávado									
Ave									
Grande Porto									
Tâmega									
Entre Douro e Vouga									
Douro									
Alto Trás-os-Montes									
CENTRO									
Baixo Vouga									
Baixo Mondego									
Pinhal Litoral									
Pinhal Interior Norte									
Dão-Lafões									
Pinhal Interior Sul									
Serra da Estrela									
Beira Interior Norte									
Beira Interior Sul									
Cova da Beira									
ALENTEJO									
Alentejo Litoral									
Alto Alentejo									
Alentejo Central									
Baixo Alentejo									
ALGARVE									



PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego

CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766

Anexo Vb - Programação Financeira, Aprovações e Execução por tema prioritário

unid: euro

Código	Designação	Programação	Componente Fundo				
			Aprovação		Execução		
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
Assistência técnica							
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	45.142.263					
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	34.857.737					
Total Temas Prioritários		80.000.000					
Total EARMARKING		0					





PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego

CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766

Anexo Vc - Repartição da Contribuição Comunitária por Categoria de Despesa - Modalidades de Financiamento

unid: euro

Código	Designação	Programação	Componente Fundo				
			Aprovação		Execução		
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
4	Outras modalidades de financiamento	80.000.000					
	TOTAL	80.000.000					

Anexo Vd - Repartição da Contribuição Comunitária por Categoria de Despesa - Território

unid: euro

Código	Designação	Programação	Componente Fundo				
			Aprovação		Execução		
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
0	não aplicável	80.000.000					
1	Aglomeracão urbana						
4	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional						
5	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)						
7	Região ultraperiférica						
	TOTAL	80.000.000					





PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FEDER 2007-2013:

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego

CÓDIGO CCI: 2007PT16UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 6883

Anexo VI - Informação relativa a Grandes Projectos Aprovados

unid: euro

Montantes Aprovados				Montantes Executados			
Fonte dos custos totais do investimento				Fonte dos custos totais do investimento			
Custo Total do Investimento	Apoio Comunitário	Fundos Privados Nacionais	Outras Fontes	Custo Total do Investimento	Apoio Comunitário	Fundos Privados Nacionais	Outras Fontes



PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013

OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego

CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766

Anexo VI - Informação relativa a Grandes Projectos Aprovados

Não aplicável ao POAT FSE

Cód. CCI	Cód. Projecto	Designação do Projecto	Estado*		Fundo	Localização			Estado*	Investimento**	Cód. CAE***
			Decisão Nacional*	Decisão da CE		NUT II	NUT III	Concelho			

* Aprovado/ Cancelado/ Concluído

** investimento produtivo ou infraestruturas

*** consultar http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/index/nace_all.html


PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA FSE 2007-2013
OBJECTIVO: Convergência e Competitividade Regional e Emprego
CÓDIGO CCI: 2007PT05UPO002
DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5766
Informação relativa ao progresso físico

Indicadores	2007	2010	2015
De Realização			
N.º de Auditorias realizadas. (*)	0	2.500	5.000
N.º de Encontros e Seminários realizados, por ano (**)	0	25	25
N.º de Estudos apoiados, por ano (**)	0	20	20
(*) Valor Acumulado. (**) Média Anual.			
De Resultado			
Cumprimento da Regra N+3 ou N+2 (%)	0	100%	100%